



A Igreja dos Pobres no Amapá: solidariedade, resistência e conflito (1966-1983)

WALBI SILVA PIMENTEL*

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) desenvolveram-se no Amapá, assim como em diversas partes do Brasil, mediante impulsos externos e pelas condições internas próprias da população local. Entre os fatores externos, estão o Concílio Vaticano II (1962-1965) e o Documento de Medellín¹. Como fatores internos, podemos citar a falta de padres na região, o que já era um problema de séculos, e o fato do local ser uma nova frente de expansão devido à criação recente do Território Federal do Amapá, o que tardaria a atrair um número maior de habitantes, requerendo, assim, uma presença maior tanto do Estado, quanto da Igreja (para a população católica, maioria à época²).

Portanto, nesse artigo, buscaremos pontuar como se constituíram as CEBs no Amapá, enfatizando-se a capital, Macapá, e o bairro do Buritizal, localizado no município. Assim, o objetivo é analisar o papel do leigo nas CEBs e identificar possíveis “enfrentamentos” entre Igreja e Estado decorrente da prática pastoral das comunidades eclesiais. Para tanto, serão utilizadas fontes impressas como o jornal *A Voz Católica* e entrevistas semi-estruturadas com personagens importantes para o desenvolvimento dessa estrutura eclesial no Amapá.

I – “porque não tinha rua, era caminhos” – O (sub) desenvolvimento do Buritizal nas décadas de 60/70.

Na década de 1960, Macapá vivia um intenso processo de crescimento urbano³. Crescimento, porém, desordenado e impulsionado pela extração de manganês em Serra do Navio

* Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em História (ProfHistória). Especialista em História e Historiografia da Amazônia pela Universidade Federal do Amapá (Unifap).

¹ Sobre o Concílio Vaticano II e o Documento de Medellín: MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

² LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: Insegurança Estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 138- 173.

³ Pelos dados estatísticos do IBGE, a população urbana do Amapá em 1960 era de 35.390 contra 33.499 residentes na zona rural; o número quase duplicara dez anos depois: em 1970 eram de 63.785 residentes na zona urbana, enquanto na zona rural estavam 52.695. De 1960 a 1970, a população total do Amapá quase duplicou: de 68.889 em



pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) - iniciado em 1948⁴ - e pela construção da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, localizada no Rio Araguari, cujas obras iniciaram ainda em 1953, mas foram inauguradas apenas em 1976⁵.

Em Macapá surgiam novos bairros, deslocando a população para lugares mais afastados do Centro administrativo da cidade. Distante do Centro, as condições de assistência pública eram precárias. Neste contexto, o bairro do Buritizal assiste a um intenso processo de ocupação no início da década de 1960. Compondo parte da periferia de Macapá, Buritizal, junto com os bairros Santa Rita e Pacoval, tem suas primeiras ruas construídas apenas na década de 1970. Assim, por mais de dez anos os moradores se limitavam a locomover-se por entre caminhos abertos no mato e à abertura de capoeiras para a construção de casas, muitas delas feitas em mutirão.

A despeito das condições dos bairros periféricos serem precárias, desde a década de 1960 se faziam planos diretores para Macapá. Contudo, todos foram de efeitos limitadíssimos⁶. Destacam-se, no entanto, os planos Grumbilf (1960), o Plano de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro (1973) e o HJ Cole (1977). Destes, o Plano da Grumbilf do Brasil (1960) foi o de efeitos mais limitados, uma vez que tinha como única finalidade a ordenação da rede elétrica da Capital do Território Federal, enquanto os outros dois planos tinham uma visão mais abrangente e que atendiam inclusive à visão de planejamento proposto pelo Governo Federal aos territórios. Contudo, se ressalte novamente, tais planos tiveram pouquíssima aplicabilidade pelos gestores territoriais e municipais.

Logo, havia uma disparidade grande entre o planejamento urbano e a prática política por parte dos gestores responsáveis pela urbanização. Enquanto se pensava uma Macapá nos moldes “cartesianos”, totalmente planejada, onde toda a população tinha acesso aos serviços públicos como

1960 a população foi para 116.480 em 1970. Censo demográfico 1960-2010.

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8> (consultado em 20 de junho de 2017).

⁴ PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. *Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)*. 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

⁵ BRITO, Ângela do Céu Ubaiara. *Certificação ISO 14001 e educação ambiental: estudo de caso do sistema de gestão ambiental da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes*. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2008.

⁶ TOSTES, José Alberto. Políticas urbanas intervencionistas nas cidades amazônicas: no Amapá, a encruzilhada entre a necessidade e a obrigação. *Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belém, Pará, 2007.



água encanada, luz elétrica, atendimento à saúde e à educação, o que a maioria da população vivenciava em seu cotidiano era a ineficiência do Estado na prestação desses serviços.

Assim como nas grandes cidades, Macapá assistia à formação de periferias para onde era empurrada a população mais carente, formada em sua maioria por migrantes vindos do interior do Território e de outros Estados, especialmente do Pará. A luta cotidiana pela vida numa região em expansão da cidade, onde poucos serviços básicos eram oferecidos uniu aos poucos os moradores, formando entre si laços de solidariedade muito fortes que somados às necessidades religiosas e ao incentivo eclesiástico, impulsionaram em bairros como o Buritizal a formação e o crescimento das CEBs.

II – “fazia um peixe assado e depois fazia a reunião e deixava organizado o pessoal”: constituição e organização das CEBs no Amapá.

Influenciado pelo Concílio Vaticano II e o Documento de Medellín, confrontado com a situação de padres em número insuficiente para paróquias enormes em termo geográficos, e trabalhando a partir das Comunidades que já existiam e procurando fundar outras, o bispo Dom José Maritano implantou as CEBs como modelo pastoral para a Prelazia de Macapá a partir de 1968.

No Buritizal pôde-se perceber um desenvolvimento das CEBs entrelaçado à formação do próprio bairro: na medida em que o mesmo ia se desenvolvendo, abrindo ruas, edificando casas, também se construía a própria comunidade. Conforme José Amanajás Lima, um dos moradores pioneiros do bairro Buritizal, as casas eram feitas em mutirão, momento em que se aproveitava para se estreitar os laços de solidariedade entre os moradores e assim formar também as próprias comunidades, segundo seu dizer, “aproveitava o momento pra ir unindo o pessoal: fazia um peixe assado e depois fazia a reunião e deixava organizado o pessoal”⁷. Mais tarde foi-se criando a consciência de que as comunidades se faziam não apenas na hora das reuniões ou da missa dominical, mas nos momentos de mutirões, de visitas, de lutas cotidianas. O *ser comunidade* tornou-se então mais amplo, abrangendo quase todos os aspectos da vida do católico naquela área onde ele morava e *era comunidade*. Comunidade tornou-se então uma concepção mais ampla do

⁷ José Amanajás Lima. Entrevistado dia 15 de agosto de 2014.



que a acepção experienciada pelo catolicismo mais tradicional. Abrangendo quase todos os aspectos da vida do católico, comunidade, na acepção das CEBs, relacionava-se com a própria área de moradia e não apenas à paróquia. Muitas vezes esta era comparada à história bíblica de Moisés, sendo os fiéis o próprio povo de Deus a caminho de uma terra sem males e de muita fartura: era essa terra a própria comunidade e a fartura, os próprios direitos pelas quais as CEBs passaram a lutar, sobretudo nos anos de autoritarismo militar.

Aproveitando-se do caráter de *área de expansão* de regiões periféricas de Macapá, o bispo Dom José Maritano foi implantando o modelo pastoral das Comunidades Eclesiais de Base a começar pelo Buritizal. Devido às adversidades típicas do meio periférico, esses habitantes decidiram pela ajuda mútua, como se vê, desde a construção das casas. Esses laços foram se fortalecendo na medida em que eram necessários para as lutas cotidianas. Dessa forma, cada indivíduo com sua particularidade formava, em conjunto com os demais, uma unidade maior do organismo que aqui se sistematiza na CEB, onde além dessa ajuda mútua o leigo é chamado a atuar na área em que vive para o progresso da Igreja e de si mesmo. Passando a se reconhecer como um corpo, estas pessoas viam a Comunidade Eclesial de Base como um estilo de vida, onde a ajuda mútua e o apoio espiritual tornavam-se um imperativo. Nas CEBs o relacionamento é assentado na própria experiência de vida comunitária, de partilha, de doação mútua em prol de um objetivo: a construção do Reino de Deus na Terra como pregado pelas CEBs e posteriormente também pela Teologia da Libertação⁸.

Nas reuniões da comunidade se faziam cantos, fazia-se a leitura de um trecho do Evangelho e em seguida a reflexão em grupo, colocando-se situações concretas da vivência diária dos participantes. Por vezes haviam brincadeiras, onde participavam não apenas crianças mas também adultos⁹. Conforme orientações de Dom José, as reuniões eram sempre voltadas a uma ação concreta. Conforme Gercina Cardoso, outra pioneira na organização das CEBs, estas sempre se organizavam para amparar os doentes e desempregados nas suas necessidades, partindo da premissa de que, segundo pregava Dom José Maritano, “o homem é um todo; [...] Então o homem

⁸ Conforme Sofiati, a Teologia da Libertação (ou TL) surge na década de 70, como fruto das Comunidades Eclesiais de Base na América Latina. Cf. SOFIATI, F. M. Tendências católicas: perspectivas do cristianismo da libertação. *Estudos de Sociologia*, v. 14, p. 121-140, 2009.

⁹ Segundo José Amanajás Lima, “As reuniões eram mais animadas. Tinha muito canto, tinha brincadeiras. Brincadeiras de criança que os velhos faziam, era animada por isso”. José Amanajás Lima. Entrevistado dia 15 de agosto de 2014.



só tem o seu valor à medida em que ele é corpo e alma. [...] Então na necessidade a gente tinha que sentir a necessidade do outro e tinha que ajudar”¹⁰. Não demorou para, em meio aos questionamentos colocados através da leitura dos Evangelhos em comunidade, surgir também indagações a respeito da situação política em que viviam – o governo autoritário¹¹.

O fato é que o discurso comunitário-reivindicatório das CEBs floresceu e se expandiu no Amapá. Além da capital, também no interior, as comunidades pertencentes a então Paróquia São José passaram a sentir essas mudanças. A partir de 1969 estas passaram a se articular mais no sentido de abranger seu campo de atuação também nas áreas social e política, como se vê na reunião das *diretorias das comunidades do interior* de 1969. Nessa reunião, além de assuntos relativos à catequese, à administração dos sacramentos e à assistência religiosa, também se reuniu com o prefeito de Macapá, com o responsável pela saúde e com o juiz da comarca, a fim de se tratar de assuntos relativos à administração municipal, à assistência à saúde e aos registros civis dos moradores das ditas localidades. Estavam na ocasião reunidos representantes de Ponta Grossa, Bacaba, Itaupal do Pírim, Curicaca, Boa Vista, Santo Antonio da Pedreira, Acabate, Ambé e Ipixuna, uma vasta área do interior¹².

Toda essa “guinada” da Igreja amapaense para um caráter mais social dos trabalhos desenvolvidos pelas CEBs culminou no *I Congresso do Povo de Deus do Território do Amapá*, realizado em julho de 1969 em Macapá. Com a intenção de “organizar melhor a pastoral, depois de um objetivo exame da situação em todos os campos de atividade apostólica da Prelazia [...] para um atento estudo da realidade e um plano de pastoral de conjunto motivado”¹³, além de “despertar em todos os fiéis o senso de responsabilidade apostólica próprio do cristão”¹⁴, o I Congresso fez uma série de estudos e de relatórios das paróquias, com a participação dos leigos, acerca da situação

¹⁰ Gercina Cardoso. Entrevistada dia 03 de agosto de 2014.

¹¹ Comenta Gercina Cardoso que “É claro que nas reuniões de comunidade não se falava disso (contestação do regime ditatorial), mas se “dava o toque”: Jesus dizia isso, isso e isso, tá certo o que acontece hoje? Não, não tá certo...”; logo mais essas ideias deram origem à vontade de fundar no Amapá o Partido dos Trabalhadores (PT), como se verá adiante. Gercina Cardoso. Entrevistada dia 03 de agosto de 2014.

¹² O encontro das comunidades do interior. *A Voz Católica*, nº 494, ano X, p. 6, 12 de abril de 1969.

¹³ A prelazia prepara-se ao encontro de julho. *A Voz Católica*, nº 497, ano X, p. 6, 3 de maio de 1969.

¹⁴ No artigo intitulado “O nosso Congresso”, Dom José Maritano cita um trecho dos documentos conciliares, não identificado no artigo em questão: “Impõe-se a todos os fiéis o sublime encargo de trabalharem para que a mensagem divina da salvação seja conhecida e aceite por todos os homens, em toda a parte [...]. E o Espírito Santo, que opera a santificação do Povo de Deus pelo ministério dos Sacramentos, distribui aos fiéis também dons particulares”. O Nosso Congresso. *A Voz Católica*, nº 507, ano X, p. 6, 12 de julho de 1969.



pastoral, de meios de comunicação social e de assistência social e educacional nas mesmas. Em suma, percebe-se na formulação dos objetivos e dos estudos, que se sentia a necessidade de organizar a Igreja local nos moldes conciliares, com especial foco no documento de Medellín, escrito no ano anterior durante a reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), dando especial atenção ao incentivo leigo no trabalho pastoral.

O Documento Final do I Congresso foi publicado na edição do dia 26 de julho do jornal *A Voz Católica*. No Documento delineiam-se duas conclusões principais: a necessidade de iniciar a constituição dos Conselhos Pastorais Paroquiais e Diocesano que é “a mais clara manifestação da união do bispo com a porção do povo de Deus que lhe foi confiado” e a constituição das Comunidades Eclesiais de Base, “mais uma vez obedecendo às diretrizes do Concílio e do Celam”¹⁵.

Apesar do discurso veiculado na imprensa católica, o Congresso foi recheado por várias manifestações de oposição ao modelo pastoral das CEBs, conforme evidenciado em carta do bispo ao seu irmão, pe. Maurílio Maritano. Nesta correspondência, o bispo mostra que houve várias divergências entre os próprios padres participantes¹⁶, discordâncias essas que permaneceram até a saída de Dom José da Prelazia.

Inclusive entre os leigos não era fácil mostrar essa nova face da Igreja; havia os que se engajavam na nova proposta, mas também os que se opunham, preferindo a manutenção de um catolicismo mais conservador. De fato, assim como “modernidade” era tema recorrente da imprensa macapaense quando da fundação do Território Federal do Amapá, também o tema “novidade” era recorrente na imprensa católica, bem como entre os próprios círculos de conversa sobre a Igreja. E “novidade”, assim como “modernidade”, também tem seus embates. De fato, a cabeça de um católico mais “tradicional” devia estar dando reviravoltas em 1969, ainda mais quando em maio do mesmo ano se anunciava a reforma litúrgica, modificando não apenas o *missal romano* (ritos da missa) como também o *calendário litúrgico* (data das festividades religiosas)¹⁷. Assim, “novidade” era um termo que provocava as mais diversas reações: euforia em alguns, como também resistência em outros.

¹⁵ Documento Final do Primeiro Congresso. *A Voz Católica*, nº 509, ano X, p. 6, 26 de julho de 1969.

¹⁶ PIGHIN, Pe. Cláudio; PINTO, Jax Nildo Aragão (orgs.). *O pastor Dom José Maritano*. Belém: Salomão Larêdo, 2001, p. 14.

¹⁷ As últimas reformas litúrgicas. *A Voz Católica*, nº 501, ano X, p. 5, 31 de maio de 1969.



Na correspondência de Dom José ao seu irmão, o bispo também cita a *sensação de serem tão poucos*, o que evidencia outra motivação para a implantação das CEBs: os padres serem em número tão ínfimo para a vastidão do Território, salpicado de comunidades. Era necessário o leigo tomar a frente dessas comunidades, contudo, não sem a devida orientação por parte do Clero. Tornava-se então necessária a promoção de formação para *animadores de comunidade*.

Uma das primeiras iniciativas no sentido da formação de lideranças eram as chamadas *tardes de reflexão*, onde o bispo reunia os animadores de comunidade em salas localizadas ao lado da capela Sagrado Coração de Jesus, onde passavam uma tarde de estudos acerca da Bíblia e dos documentos da Igreja; além disso havia ainda uma troca de experiências sobre o trabalho desenvolvido durante o mês pelos animadores.

A partir de 1974 prosseguiu-se a uma mais aprofundada e sistemática formação dos animadores das comunidades, ano em que a Prelazia de Macapá assumiu as CEBs como prioridade diocesana. Após a reunião do Celam em Medellín em 1968, houve o Encontro dos bispos da Amazônia em 1972 na cidade de Santarém, Pará, onde os mesmos decidiram como uma das linhas de ação pastoral a prioridade na animação e formação das Comunidades Eclesiais de Base¹⁸ na Amazônia. Isso se traduziu na Prelazia no fomento à formação de agentes de pastoral das comunidades e no decreto do ano de 1974 como o ano das CEBs como prioridade pastoral¹⁹.

Assim, foi criada no mesmo ano a *Escola de Agentes de Pastoral* (EAP), que ficou sob responsabilidade do Pe. Sandro Gallazzi. O trabalho iniciou primeiramente com os agentes da cidade de Macapá, passando depois a abranger o Arquipélago do Bailique e o interior da Paróquia de São José. Além da Escola, também se criou em 1973 o Cursilho de Cristandade com a mesma preocupação de formação de agentes de pastoral para as comunidades, porém tendo um movimento restrito à cidade²⁰.

Posteriormente, foi criado em Macapá um curso de teologia para leigos, que aconteciam todas as quintas-feiras à noite no Colégio Diocesano. Para os coordenadores do interior era feito um curso de 40 dias corridos, onde era pago aos participantes um salário mínimo durante o período como ajuda às famílias que ficavam em casa, sendo que a própria comunidade também tinha a

¹⁸ A Semana da Comunidade. *A Voz Católica*, nº 876, ano XIII, p. 2, 23 de setembro de 1972.

¹⁹ Formação e Animação das Comunidades Eclesiais de Base. *A Voz Católica*, nº 638, ano XIV, p. 1, 25 de dezembro de 1973.

²⁰ Alessandro Gallazzi. Entrevistado dia 20 de agosto de 2014.



missão de ajudar essas famílias na sua subsistência. Dentro das formações, havia sempre a preocupação da ligação da fé com o próprio agir político das comunidades, inclusive na promoção da criação de sindicatos e outros mecanismos representativos²¹.

III – “*Aí quando um se mexia os outros também, porque a dor dum era a dor do outro*”: a ação social e política das CEBs no Amapá.

Nos encontros também se enfocavam os problemas vividos pela comunidade: além dos doentes a serem cuidados e demais casos a serem atendidos também se falavam da infraestrutura que o bairro não tinha, a luz e a água que faltavam, e até mesmo a liberdade cerceada nos anos de chumbo da ditadura. Nessas discussões se começava a questionar a própria realidade em que viviam, levando-os à ação concreta. Conforme Maria Elisia dos Santos, “*Aí quando um se mexia os outros também, porque a dor dum era a dor do outro*”²². Percebe-se, a partir daí, um processo de politização das CEBs, que acabou por se tornar inerente ao funcionamento desses organismos eclesiais através do contato da formação proporcionada pelos padres, que tinham um caráter mais progressista, e da realidade social com quem os membros da CEBs se deparavam todos os dias em sua vivência comunitária.

Desses questionamentos acerca da realidade de precarização das condições de vida, nasciam as reivindicações. Em 1979 as comunidades da Paróquia Nossa Senhora de Fátima fizeram um abaixo-assinado solicitando água tratada, entregue aos poderes públicos. Conseguiram reunir com o prefeito de Macapá e os secretários, que após uma longa conversa atenderam à solicitação dos moradores²³. Em 1982 foi a vez das comunidades de Porto Grande: como o governo na época teria proibido qualquer tipo de construção na região, estava sendo cada vez mais comum o aluguel de quartos como casas, aumentando o problema da falta de moradias com o mínimo de conforto

aos moradores. A comunidade, em união com grupos evangélicos, decidiu por fazer um abaixo-assinado reivindicando o direito de as famílias construírem suas casas, uma vez que haviam lotes sendo preparados para distribuição à população, mas que estavam sendo guardados para fins

²¹ Ibidem.

²² Maria Elisia Costa dos Santos. Entrevistada dia 29 de agosto de 2014.

²³ Maria Elisia Costa dos Santos. Entrevistada dia 29 de agosto de 2014.



eleitores – no final do ano de 1982 estavam previstas as eleições para deputado federal do Território. Após muitas idas a Macapá e de muita pressão pela comunidade a população pôde construir suas casas, em sistema de mutirão, sendo feitas 54 moradias das 40 inicialmente previstas²⁴. Mas a iniciativa também rendeu uma convocação do pároco, Pe. Luis Carlini, à Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) para prestar esclarecimentos sobre supostas atividades subversivas, o que será melhor explanado mais adiante.

Na falta de organizações populares autônomas, as próprias CEBs se encarregaram de criá-las. Em 1972 surgiu o embrião da Associação de Moradores do Bairro Buritizal (Ambb), que até 1981 (data da sua criação oficial) serviu também como Cantina comunitária, onde, na falta de uma feira, os agricultores levavam seus produtos para a venda. O local aglutinou nas décadas de 70 e 80 as iniciativas do curso de marcenaria e da cantina popular, ambas com grande apoio da comunidade. A própria organização da Associação de Moradores era semelhante à organização das comunidades, uma vez que suas reuniões eram feitas pelas quadras correspondentes às mesmas. Além disso, houve o incentivo às hortas comunitárias, que por volta de 1973 já era realidade também nas comunidades do Laguinho, da Paróquia São Benedito²⁵. Na década de 1980 também surgiu no bairro Congós uma Associação de Moradores, iniciativa das CEBs da Paróquia local, Cristo Bom Pastor.

Em 1981 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macapá. Na época, eram necessárias as assinaturas de 5% dos trabalhadores cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e no Instituto de Terras do Amapá (Rurap), o que representava cerca de 500 trabalhadores – um número alto, mas que se conseguiu atingir, sem antes, claro, uma pressão por conta dos militares para que não acontecesse. Em 1984 a iniciativa foi estendida ao Afuá, que também criou o seu Sindicato²⁶.

Em 1983 foi a vez da criação do PT no Amapá, encabeçado em boa parte por membros das CEBs, que viam na proposta do partido várias semelhanças com o que era desejado pelas próprias comunidades: uma sociedade justa e fraterna²⁷. A semelhança dos ideais buscados e a própria participação das CEBs na criação do PT em nível nacional, alavancou o processo de fundação do

²⁴ Luigi Carlini. Entrevistado dia 20 de fevereiro de 2014.

²⁵ Asteriscos das Paróquias. *A Voz Católica*, nº 618, ano XIV, p. 3, 25 de fevereiro de 1973.

²⁶ Alessandro Gallazzi. Entrevistado dia 20 de agosto de 2014.

²⁷ José Amanajás Lima. Entrevistado dia 15 de agosto de 2014.



partido em terras amapaenses; inclusive, entre os fundadores e primeiros filiados regionais, figuravam um padre e alguns leigos, todos ligados às CEBs, sem contar os seus membros que participaram das articulações pela fundação e se tornaram simpatizantes, mesmo sem filiação partidária²⁸.

Embora não tenham sofrido represálias diretamente, em várias atividades promovidas ou apoiadas pelas comunidades houve perseguições e ameaças por parte do governo militar, e em alguns casos por parte de padres que não viam as iniciativas das CEBs com bons olhos. Quando houve a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 1981, a Polícia foi chamada ao local, cercando o prédio onde estava ocorrendo a coleta das assinaturas dos agricultores. Com quase 800 pessoas reunidas no Cine São José, o governo militar, chefiado à época por Annibal Barcellos, viu naquela manifestação política um ato subversivo; o que só foi resolvido com o auxílio do bispo Dom José Maritano que, entrando em contato com os policiais, deu fim à tensão.

Na mesma década de 80, a Ambb reivindicou, em conjunto com as comunidades, um posto de saúde para o bairro: fizeram um abaixo-assinado e conseguiram cinco mil assinaturas. Nada foi feito após três meses do documento entregue, até que membros da Associação tiveram a informação de que havia verba para a construção do mesmo, que, porém, poderia não ser efetivada devido a possível desvio do recurso para utilização em campanha eleitoral. Assim, a Ambb escreveu uma carta ao governo, que chamou os representantes da Associação ao gabinete. Nos conta José Amanajás que, após nove horas esperando no gabinete para ser atendido, o então governador Annibal Barcellos o recebeu e, de forma rude, confirmou a construção do posto de saúde²⁹.

Quando em 1982 os moradores de Porto Grande reivindicavam o direito à moradia, a Dops chamou o pároco, Pe. Luis Carlini, para prestar esclarecimentos acerca de supostas atividades subversivas. Referiam-se ao abaixo assinado para a permissão de construção das moradias. Na delegacia foram feitas uma série de perguntas com o objetivo de acusa-lo de promover o comunismo, o que ainda era considerado crime; como não houve sucesso na tentativa de acusação, o padre foi liberado e as construções permitidas³⁰. Com o advento do PT os ânimos se acirravam,

²⁸ Gercina Cardoso. Entrevistada dia 03 de agosto de 2014.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Luigi Carlini. Entrevistado dia 20 de fevereiro de 2014.



ainda mais por ser esse partido tido como comunista – um fato ainda considerado “perigoso” para aqueles anos finais da ditadura.

Também entre os padres havia aqueles que não concordavam com a linha de trabalho das CEBs, o que se tornou bastante evidente no II Congresso do Povo de Deus, realizado em julho de 1979. Antes desse II Congresso foi feita uma grande preparação com a elaboração de relatórios por parte das paróquias, sobre a sua situação pastoral e social; além de saber como andavam a catequese, as pastorais, também se queria saber com o Congresso como estavam a assistência à saúde, à educação, transportes, a presença do Estado junto aos moradores das comunidades. Após um ano de preparação, construiu-se um documento base para estudo durante o Congresso, que no encontro se transformaria no documento aprovado pelos leigos e padres presentes no II Congresso do Povo de Deus. Mas nem todos concordavam. Conforme Sandro Gallazzi, um grupo de padres de perfil mais conservador, administradores de paróquias da região central de Macapá (dos bairros Central, Jesus de Nazaré e Laguinho) tentaram modificar o II Congresso com a finalidade de suprimir o protagonismo dos leigos em detrimento dos sacerdotes³¹. Alguns chegaram inclusive a tentar retirar o documento base da pauta de discussões, o que não conseguiram.

Mesmo diante de esforços contrários, o II Congresso pôde ser concluído conforme o planejado pela ala mais progressista da Prelazia. Entre outros aspectos, o documento final incentivava a participação popular nos movimentos sociais, o engajamento do leigo na estrutura paroquial e o compromisso de a cada cinco anos acontecer um Congresso do Povo de Deus – o que não ocorreu. Importante lembrar que no início desse mesmo ano os bispos latino-americanos com o novo papa, João Paulo II, haviam redigido o Documento de Puebla, que seguia as mesmas linhas de Medellín, aprofundando-os: a opção preferencial pelos pobres, a organização da Igreja Latino-Americana em CEBs, o papel do leigo na evangelização e transformação da sociedade no Reino de Deus. Eram vozes que ecoaram forte no Documento final do Congresso de 79.

Este documento, que posteriormente foi publicado em formato de livreto, ajudou a compreender um pouco a ideia do que o bispo e boa parte dos padres, de tendência mais progressista, desejavam quanto a atuação das CEBs na Prelazia. Dividido em três partes e seguindo a metodologia do *Ver, Julgar e Agir* oriunda da Ação Católica, se percebe através da leitura do

³¹ Alessandro Gallazzi. Entrevistado dia 20 de agosto de 2014.



documento o sentido norteador do trabalho: a luta pela libertação integral do ser humano, entendido como filho de Deus, e logo parte do seu povo³².

Essa libertação integral é entendida nas ações propostas: o amadurecimento das CEBs e das estruturas de participação leiga nas paróquias e na prelazia (Conselhos de Pastoral), além do incentivo à criação e amadurecimento de associações de moradores e de sindicatos. Além disso, as próprias comunidades foram incumbidas de lutar por mais direitos, seja o direito à liberdade de expressão como, também, a serviços básicos; os cursos oferecidos, por sua vez, receberam a incumbência de ajudar os agentes de pastoral a, além de adquirir conhecimentos bíblico-teológicos, também a analisar a situação econômica, política e social da população local.

O documento ajuda a compreender também que as CEBs, embora tomada como linha pastoral e prioridade diocesana, não era anseio de todos os padres da prelazia; o que ao longo do Congresso resultou em diversos conflitos. Havia de fato uma grande divisão entre os padres, havendo inclusive os que consideravam “comunismo” o trabalho com as comunidades.

Ademais, também entre os próprios leigos não havia um consenso sobre o sentido das CEBs. Analisando-se as avaliações escritas por padres e leigos a respeito do II Congresso do Povo de Deus, percebe-se que as discussões eram em geral levantadas mais por padres do que por leigos, sendo estas, aparentemente, nem sempre entendidas pelos leigos ali presentes. Na sua avaliação do Congresso, o Conselho de Pastoral Paroquial da Paróquia São José comentou como ponto negativo que “a problemática apresentada não foi entendida por parte de muitos participantes”³³. Em outro relatório, não identificado, dizia que foi “considerável o índice de congressistas marginalizados. Alguns se evadiram, por nada entenderem do que se tratava”³⁴. Na avaliação feita pelo Movimento Gen Masculino, citou-se o fato de que “na hora da votação as pessoas esperavam que um padre ou uma freira levantasse primeiro o seu cartão para depois eles votarem”³⁵. Havia então uma boa camada de leigos que mesmo após os estudos nas paróquias e comunidades continuavam a não

³² AHDM. Seção “E”, Caixa arquivo I, Pasta 06, Livro Chamados a ser povo – Dom José Maritano ao Povo de Deus do Amapá (compilação dos documentos do II Congresso do Povo de Deus). 1979.

³³ AHDM. Seção “E”, Caixa arquivo I, Pasta 06, II Congresso do Povo de Deus – Apreciações 1979 – Avaliação do Congresso feita pelo Conselho Pastoral Paroquial (São José).

³⁴ Ibidem. A autora se identifica como “A menor das irmãs em Cristo e Maria”; pela linguagem apresentada, deve se tratar de uma freira.

³⁵ AHDM. Seção “E”, Caixa arquivo I, Pasta 06, II Congresso do Povo de Deus – Apreciações 1979 – Relatório apresentado pelo Movimento Gen Masculino de Macapá.



compreender bem o sentido das discussões, seja pelo conteúdo ou pela linguagem adotada – importante frisar que muitos participantes tanto dos interiores quanto da cidade eram pessoas simples, em geral com baixa escolaridade, mas com vontade de se engajar³⁶.

Houve também pontos positivos. Em sua avaliação, Lucinda Gomes da Comunidade do Buritizal escreve que “aprendi muita coisa durante esse Congresso e durante os estudos que fizemos nas comunidades e na paróquia”³⁷. O Conselho de Pastoral Paroquial de São José também relatou que “o pessoal do interior teve a possibilidade de falar e apresentar seus problemas”³⁸. Logo, além de um encontro de discussões e alguns choques de ideias, o II Congresso do Povo de Deus foi para os participantes um momento de encontro, troca de experiências e de estudos.

Apesar dos conflitos, pode-se inferir que as CEBs puderam ter novo impulso com o II Congresso do Povo de Deus. Enquanto em 1975 elas eram em número de 372³⁹, em 1982 esse número passou para 531⁴⁰ em todo o Território Federal do Amapá. Dos sete conselhos de pastoral paroquial existentes, ao longo das 13 paróquias e comunidades autônomas em 1975⁴¹, esse número avançou para 16 em 1982⁴², abrangendo então a totalidade das paróquias da agora, Diocese de Macapá. Contudo, esse aparente “sucesso” não esconde o fato de ainda haver divisão entre os padres da Diocese em torno dos dois modelos de Igreja existentes.

Muitos padres não concordaram com o documento final do II Congresso. Sob forte pressão destes, Dom José Maritano afastou o Pe. Sandro Gallazzi da Coordenação de pastoral da Prelazia.

Como as comunidades do interior passam a ter menor atenção, foi criada a Pastoral Rural neste mesmo ano. Com o suposto objetivo de reorganizar as pastorais, uma ala dos padres de tendência mais conservadora convocou uma assembleia diocesana em 1982, sem a participação das

³⁶ Um exemplo dessa falta de compreensão das discussões pode ser vista na avaliação da leiga Joana Dias Borralho, que escreve: “já parecia mais comício político a gente não sabia o que pensar desanimado por demais, mais quando a equipe de redação começou a fazer milagre e foi ajeitando o documento digo assim porque deu muito trabalho eu fui ficando mais alegre [...]”. Ibidem, Avaliação de Joana Dias Borralho.

³⁷ Ibidem. Relatório escrito por Lucinda Gomes, leiga do Buritizal.

³⁸ Ibidem. Avaliação do Congresso feita pelo Conselho Pastoral Paroquial (São José).

³⁹ AHDM. Seção “B”, Caixa arquivo V, Pasta 09, Situação Paroquial da Prelazia de Macapá – Quadro estatístico (dados de 30.06.1975).

⁴⁰ AHDM. Seção “B”, Caixa arquivo V, Pasta 09, Relatório de atividades da Diocese de Macapá – Exercício de 1982.

⁴¹ AHDM. Seção “B”, Caixa arquivo V, Pasta 09, Situação Paroquial da Prelazia de Macapá – Quadro estatístico (dados de 30.06.1975).

⁴² AHDM. Seção “B”, Caixa arquivo V, Pasta 09, Relatório de atividades da Diocese de Macapá – Exercício de 1982.



comunidades do interior, onde foi extinta a Pastoral Rural, o que acabou por gerar atritos com as comunidades do interior do Amapá⁴³.

Em 1983 o bispo Dom José Maritano deixou a Diocese de Macapá⁴⁴ para se tornar capelão na Colônia Hanseniana do Prata, no Estado do Pará. Quando da sua saída, havia uma clara divisão entre os padres do clero: de um lado, a linha das comunidades, visando mais espaços para o leigo, representada pelo bispo Dom José Maritano; de outro, uma linha mais espiritualista e clericalista, representada pelo superior regional do PIME, Pe. José Busato. É nesse momento que assume como bispo diocesano Dom Luís Soares Vieira, quando começa um certo declínio das CEBs em detrimento dos movimentos eclesiais pentecostais, de tendência conservadora – acompanhando de certo modo o contexto nacional de diminuição da atenção do clero para aquela linha de trabalho.

Mesmo assim, nas paróquias que mantiveram essa linha, as CEBs seguiram fortalecidas, tendo inclusive contribuído na década de 80 com as propostas à Constituição Federal de 1988. Durante a Assembleia Constituinte, as CEBs promoveram vários dias de encontros no Seminário Diocesano de estudo e formulação de propostas para a CF, conseguindo ao fim dos trabalhos, mais de 17 mil assinaturas às propostas, tornando o Amapá uma das Unidades Federativas que mais contribuíram proporcionalmente para a nova constituição. Isso com bastante temor: durante as reuniões, a Polícia Federal permanecia ao lado de fora dos muros, gravando as discussões que ocorriam. Dessa vez, porém, não foi registrado nenhum incidente com a polícia⁴⁵.

IV – À guisa de conclusão

Ao analisarmos o processo de formação e organização das CEBs no Amapá, bem como suas formas de luta pela modificação da realidade social em que estão imersas, podemos perceber de maneira sucinta o processo de expansão da urbanização de Macapá, os esforços da Igreja Católica em se fazer presente em locais geográficos de difícil acesso num contexto de escassez de sacerdotes e o autoritarismo político que marcou o contexto local e nacional nas décadas de 70 e 80, bem como sua abertura política e eclosão de movimentos de combate por direitos.

⁴³ Alessandro Gallazzi. Entrevistado dia 20 de agosto de 2014.

⁴⁴ A então Prelazia foi elevada a Diocese de Macapá em 1980 com a bula *Conferentia Episcopalis Brasiliensis* do papa João Paulo II em novembro, sendo instalada solenemente em 5 de julho de 1981 pelo arcebispo de Belém Dom Vicente Zico.

⁴⁵ Alessandro Gallazzi. Entrevistado dia 20 de agosto de 2014.



Estudar essa realidade tão complexa é ir além de uma visão clássica, própria da Igreja *romanizadora*, onde de um lado se encontra um clero católico dominador e vigilante da moralidade, e de outro uma multidão de fiéis que ora obedecem e ora ignoram os ensinamentos da Santa Sé. Contextualizada numa sociedade cada vez mais secularizada, a Igreja decidiu, em nome da modernização, abrir espaços para a participação leiga intra e extramuros, através do Concílio Vaticano II. Os chamados “ecos” do Concílio ressoaram na América em forma de Documento dos bispos, que reunidos em Medellín, decidem que é hora de a Igreja assumir de forma mais sistemática a *opção preferencial pelos pobres*. O documento incentiva uma realidade que já era existente em algumas paróquias da América Latina: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Diante desta confluência de ideias e contextos, Dom José Maritano lança mão desse novo estilo de ser Igreja a fim de assegurar a presença do catolicismo junto aos agrupamentos de fiéis que residiam nos locais mais distantes do Território Federal do Amapá. Essa nova forma de participação não se limita, porém, às celebrações religiosas e às ações de caridade. Ao confrontarem os ensinamentos bíblicos à realidade de precariedade de moradia e serviços públicos, e tendo o apoio de padres de pensamento mais progressista, os leigos começam a organizar formas de luta por condições melhores de vida, entendidas como manifestações do Reino de Deus: alimentação para todos, atendimento à saúde, acesso a água potável, dignidade na forma de morar, etc. A politização das CEBs torna-se uma consequência quase inevitável diante do contato de seus membros com o pensamento do clero *progressista* e do contexto social e político onde os mesmos viviam e atuavam.

Apesar da existência de confrontos internos e externos à estrutura eclesial, as CEBs atuaram como importante canal de luta num contexto de pobreza e autoritarismo político, além de possibilitar aos seus membros a reflexão crítica acerca de suas condições de vida e o incentivo a uma *práxis* libertadora que culminou na formação de organismos de representatividade, como associações de moradores, sindicatos, partido político. Embora tenham perdido espaço na década de 80, já no contexto de abertura política e de ascensão de movimentos eclesiais de tendência conservadora, as CEBs puderam permanecer como agentes de transformação da realidade, seguindo uma linha de atuação política e social extrapoladora dos muros da Igreja.



V – Referências

BRITO, Ângela do Céu Ubaiara. *Certificação ISO 14001 e educação ambiental: estudo de caso do sistema de gestão ambiental da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes*. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2008.

LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: Insegurança Estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. *Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)*. 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PIGHIN, Pe. Cláudio; PINTO, Jax Nildo Aragão (orgs.). *O pastor Dom José Maritano*. Belém: Salomão Larêdo, 2001.

SOFIATI, F. M. Tendências católicas: perspectivas do cristianismo da libertação. *Estudos de Sociologia*, v. 14, p. 121-140, 2009.

TOSTES, José Alberto. Políticas urbanas intervencionistas nas cidades amazônicas: no Amapá, a encruzilhada entre a necessidade e a obrigação. *Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belém, Pará, 2007.